

## TCU inicia análise de risco

Novo tipo de auditoria tem como objetivo evitar ocorrência de irregularidades

Edna Simão

BRASÍLIA - Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), Companhia de Energia Elétrica de Manaus e Departamento da Polícia Federal são os alvos da fiscalização do Tribunal de Contas da União nos próximos seis meses. Nos últimos 12 meses, o tribunal avaliou a análise de risco do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (Infraero) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Até o programa Fome Zero, carro-chefe do governo federal, já passou pela auditoria.

O TCU faz fiscalizações periódicas, mas esta contará com um ingrediente especial: análise de risco das operações. A idéia foi importada. Um técnico do tribunal passou um ano no Canadá, de onde a metodologia foi trazida. O objetivo é identificar as irregularidades na gestão do dinheiro público antes mesmo que elas ocorram. As palavras de ordem do TCU, agora, são prevenir, detectar, corrigir e orientar.

O tribunal analisará os projetos das instituições para verificar eventuais dificuldades para a execução das propostas. A partir daí, apresentará sugestões ou determinações, caso sejam detectadas irregularidades. Os resultados serão acompanhados de perto.

Os técnicos do TCU estão analisando os dados da Caixa Econômica e o relatório final da auditoria deverá ser apresentado no próximo dia 19 de setembro. Na semana passada, os conselheiros aprovaram o relatório de análise do Fome Zero, programa ícone do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Mas detectaram fatores de risco que podem impedir o sucesso do programa.

O relatório do TCU sugere que o Ministério do Planejamento identifique, no âmbito do Plano Plurianual (PPA) para o período de 2004 a 2007, a lista de programas e ações que contribuam para o cumprimento dos objetivos do Fome Zero. A atuação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa) na coordenação e articulação de vários órgãos e entidades foi considerada fator de risco.

O tribunal recomenda ao Mesa dar maior publicidade aos objetivos do Fome Zero para evitar interpretações equivocadas de segmentos da sociedade. E sugere ainda que o público-alvo do projeto seja identificado com clareza.

[20/AGO/2003]